

## As lógicas classificatórias: entre o caos e a ordem

*The logical qualifiers: between chaos and order*

Ana Teresa Ramos Ferreira Duque Bacelar

Luciana Helena Mussi

**RESUMO:** O presente trabalho pretende refletir sobre as “diferentes velhices”, na produção e reprodução da existência em que se dá esta construção da velhice. Para isso, analisamos questões como a complexidade do processo de envelhecimento, pensando na existência de uma pluralidade de formas de viver a vida, nos vários “jeitos de viver”, estudando outras sociedades e suas respectivas formas para produzir e elaborar a vida. Isto compreende um entendimento de uma análise antropológica, dos estudos dos grupos e das categorias de idade, sempre refletindo sobre a situação atual da velhice, resultado de uma construção social, uma produção histórica, do tempo e seu significado em cada sociedade e implicação no contexto histórico.

**Palavras-chave:** Velhice; Vida; Sociedade; Tempo.

**ABSTRACT:** *This work intends to reflect on the different "old age" in the production and reproduction of existence that gives this old building. For this, we analyze issues as the complexity of the aging process, thinking about the existence of a plurality of ways of living life in the various "ways of living", studying other societies and their ways to produce and develop life. This includes an understanding of anthropological analysis, study groups and age categories, always reflecting on the current situation of old age, a result of social construction, a historical production, time and their meaning in each society and involvement in the context history.*

**Keywords:** *Old age; Life, Society, Time.*

Uma das possibilidades de refletir sobre a forma como o nosso pensamento é constituído é o caminho trilhado por Edgar Morin (1996) quando o mesmo afirma que tendemos a buscar a explicação de um todo através da constituição de suas partes. Na realidade, o autor critica a ideia de se insistir em eliminar o problema da complexidade. Seguindo esta linha de raciocínio, acreditamos que somos, desde a infância até a idade adulta, impelidos a uma forma de pensamento única, cristalizada, como se fôssemos, constantemente, atravessados por um pensamento normalizador apavorante. Quando pensamos na velhice, pensamos na existência de uma pluralidade de formas de viver a vida, nos vários “jeitos” de viver. O presente trabalho pretende refletir sobre as “diferentes velhices”, na produção e reprodução da existência em que se dá esta construção da velhice.

Como menciona Mercadante (2005), pensar a velhice como uma questão complexa nos leva necessariamente às noções de identidade e identidade social do idoso. Mercadante (2005: 23), citando Edgar Morin (1996), complementa: “Alguma coisa complexa, indica dificuldade e não uma explicação”, não há uma resposta simples a ser buscada, um conceito-chave, “que abra as portas”, que consiga analisar as situações psíquica, existencial, social, econômica e política. Estamos frequentemente confrontados com o desafio da complexidade pelas explicações insuficientes dadas pelas ideias simples. Com isso, Mercadante questiona: “A Velhice seria uma questão visível, empírica? A velhice representaria um ponto último na vida dos indivíduos, que é o resultado de um processo natural, biológico de envelhecimento e que antecede a morte?” Na perspectiva da Medicina, a velhice pode ser definida com base em dados biológicos e pelas anomalias ou patologias apresentadas no corpo do indivíduo, em sintomas visíveis e manifestos. Entretanto pode-se duvidar desta afirmação ao pensar nas diversas situações enfrentadas pelas pessoas em sua rotina diária, seja no trabalho, seja na sua vida afetiva, situações essas vividas por um corpo que declina, mas ainda deseja, tem projetos, aspirações. Como afirma Mercadante (2005), a resposta fundamentada na mudança do corpo, do organismo biológico é uma primeira aproximação para o entendimento da velhice, mas continua sendo uma explicação parcial e, portanto, simples.

Adotar uma explicação simples significa perder de vista a possibilidade de analisar os aspectos do processo biopsicossocial do envelhecimento. Além disso, não se pode contemplar a diversidade de culturas que convivem hoje, que se assemelham ou

contrastam e refletem a heterogeneidade que caracteriza a velhice ou “os vários jeitos de envelhecer” e remete, portanto, a uma situação complexa.

Segundo Mercadante (2005), para compreendermos a velhice, é fundamental aprofundar o estudo sobre outras sociedades, formas distintas que as diversas sociedades humanas utilizam para produzir a vida e na elaboração de diferentes periodizações que levam a outros significados e lógicas culturais, que orientam as classificações das várias formas de ação e representação dos indivíduos nas diferentes culturas. A partir de uma perspectiva suportada pela complexidade, Clifford Geertz, antropólogo contemporâneo, alerta para a importância desta diversidade cultural e social vivida pelos assim chamados velhos:

O avanço científico comumente consiste numa complicação progressiva do que alguma vez pareceu um conjunto de noções lindamente simples e que agora parece uma noção insuportavelmente simplista. (Geertz, 1978: 45)

Assim, a velhice, se analisada somente como sendo uma questão biológica, não revela o seu lado social. Para Simone de Beauvoir (1990), é preciso entender a velhice na sua totalidade como um fato biológico e cultural. Já para Edgar Morin (1996), o todo é mais que a soma das partes, implica questões não palpáveis, invisíveis ao olhar direto e simplista. Ao mesmo tempo, é menor que a soma das partes, porque a organização de um todo impõe construções e inibições às partes que o formam, que já não tem tal liberdade. Este movimento não se controla, é da ordem do inexplicável este novo arranjo do todo. Isto tudo obriga pensar o “outro” como condição essencial da expressão de uma identidade, seja ela pessoal ou social.

Mercadante (2005), citando Octávio Ianni (1987) em seu texto “Imagem e Semelhança”, coloca que a relação do “eu” e do “outro” na noção de identidade não evidencia o eu ao lado do outro, mas o “eu” contrastando com o “outro”. A identidade do “eu” é construída pela oposição à identidade do “outro” e vice-versa. As relações de contrastividade são elementos fundamentais na construção das identidades. Beauvoir alerta para essa relação “eu e outro”, aquela relação que imprime a letra escarlata no peito, aquela que marca, criadora da identidade de velho:

É normal, uma vez que em nós é o outro que é velho, que a revelação de nossa idade venha dos outros. Não consentimos nisso de boa vontade. Uma pessoa fica sempre sobressaltada quando a chamam de velho pela primeira vez. (Beauvoir, 1990: 353)

Com isso pensamos: que identidade será esta do velho? Será a identidade do assim chamado: “Olha... é o velho”. Que velho é esse sem nome?

Num primeiro momento se percebe a velhice através do corpo. Um corpo que, por si só, não revela a velhice, mas uma vez marcado “a ferro”, instalado está neste corpo que se surpreende com o envelhecer. E isto se amplia para além do corpo, sobre a personalidade, o papel social, econômico e cultural do idoso. Nessa correlação, a ideia de tempo: “de pouco tempo de vida”, “do tempo que passou”, “de que nada mais se deve esperar de um indivíduo que, com o passar do tempo, só deve recair”, é uma das fundamentais. Como afirma Mercadante (2005), são essas ideias relacionando Velhice e Tempo, que culminam num envelhecer sem projetos, sonhos, perspectivas, e que levam o idoso a pensar a se fixar num passado que jamais retorna, mas que só o leva a lembranças, algumas doces, outras amargas, e que acabam por impedi-lo de seguir, porque este seguir significa o confronto com a própria morte.

Mercadante finaliza sua reflexão mencionando que as ideias acima negam a possibilidade de um futuro para o velho:

A noção de identidade como uma ideia simples generaliza, ou seja, cria um modelo genérico de velho. A proposta de uma análise que leve em conta a complexidade implica a desconstrução da velhice genérica, apontando vários jeitos de envelhecer; portanto uma contra generalização. Se essa noção, por um lado, é útil para classificar um grupo de pessoas reconhecidas como velhas, por outro lado, essa mesma noção não explica em sua complexidade o ser velho como sujeito pleno de desejos. (2005: 34)

Retornando ao estudo antropológico, é fundamental compreendermos as formas pelas quais a vida é periodizada, quais são as categorias de idade presentes em uma sociedade e o caráter dos grupos etários neles constituídos. Este será um material importantíssimo para pensarmos a produção e reprodução da vida social.

Para a realização deste trabalho, utilizamos os três conjuntos de dificuldades, com suas respectivas características, apresentadas por Debert (2006) em seu artigo “A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade”:

- Categorias culturalmente produzidas, que tem como referência processos biológicos universais;
- Questões que nas sociedades ocidentais contemporâneas passaram a ser problemas sociais;
- Temas em torno dos quais se institucionaliza um discurso científico especializado.

Como afirma Debert (2006) em seu estudo, a velhice está marcada por estas características. A ideia da autora é mostrar as armadilhas que este estudo compreende, discorrendo sobre as diversas representações e práticas ligadas ao envelhecimento, em sua própria sociedade ou em sociedades muito distintas da sua. Para isso, Debert cita “nove armadilhas”, que nada mais são do que pressupostos básicos da pesquisa antropológica sobre questões ligadas ao envelhecimento, e das quais realizo um breve resumo neste artigo:

- **A velhice não é uma categoria natural**

À concepção da velhice como sendo um fato natural e universal (ciclo biológico do ser humano que envolve o nascimento, o crescimento e a morte), contrapõe-se a ideia de que a velhice é um fato social e histórico (a variabilidade das formas de conceber e viver o envelhecimento). As representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. A mesma perspectiva orienta a análise das outras etapas da vida, como infância, adolescência e juventude.

- **As categorias de idade são construções históricas e sociais**

Ariès (1981) mostra que a criança como categoria não existia na Idade Média, sua constituição ocorre a partir do século XIII resultando no alargamento da distância que separava as crianças dos adultos. Para Elias (1990), o comportamento dos adultos na Idade Média era muito mais solto e espontâneo. A modernidade teria alargado a distância entre adultos e crianças. Já Duby (1973) diz que a criação da etapa denominada juventude (França, século XII) servia de estratégia das famílias para conservar poder e patrimônio.

A “terceira idade”, criação recente das sociedades contemporâneas, transformou o velho em vítima da marginalização e solidão. As categorias e grupos de idade implicam a imposição de uma visão de mundo social que contribui para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos.

- **Diversidade cultural e a busca de universais**

Explica a tentativa de descobrir o que haveria de comum em diferentes sociedades, inevitável na situação dos velhos e no tratamento da velhice, independente das variações culturais. Conforme afirma Debert (2006: 54), a primeira tentativa partiu de Simmons (1945), ao descobrir padrões universais de adaptação ao envelhecimento em 71 sociedades ditas primitivas.

O autor chega à conclusão do que caracteriza os indivíduos na última fase da vida: é o viver o máximo possível, terminar a vida de forma digna e sem sofrimento, encontrar ajuda e proteção para a progressiva diminuição de capacidades, continuar participando ativamente dos assuntos e decisões que envolvem a comunidade, prolongar ao máximo conquistas e prerrogativas sociais como a propriedade, a autoridade e o respeito. Entretanto o envelhecimento apresenta uma ampla variação nas formas pelas quais é vivido, simbolizado e interpretado em cada sociedade.

- **Idade cronológica, idade geracional, níveis de maturidade**

Debert (2006: 56) cita Fortes (1974) para explicar que as idades cronológicas baseadas num sistema de datação estão ausentes na maioria das sociedades ditas não-ocidentais. Nas sociedades ocidentais elas são um mecanismo básico de atribuição de

estatus (maioridade legal), de definição de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho), de formulação de demandas sociais (direito a aposentadoria) etc.

A idade geracional é relevante para estruturar a família e o parentesco. Um pai é um pai, um irmão é um irmão, independentemente da idade cronológica ou do estágio de maturidade. Debert ainda complementa, utilizando o mesmo autor: o foco é para a idade cronológica e o princípio geracional como elementos da estrutura social e como valores culturais. Enquanto as gerações têm como referência a família, as idades são institucionalizadas política e juridicamente.

- **Cronologização da vida e modernidade**

Ao mostrar que o processo de agrupar pessoas em função da geração é totalmente distinto de agrupar pessoas em função do estágio de maturidade ou da idade cronológica, Debert (2006: 59) traz Fortes (1974) para a análise das questões a seguir:

- Na explicitação das razões que levaram à institucionalização crescente do curso da vida, em função da idade cronológica, pesos distintos podem ser atribuídos a dimensões diversas.

- A padronização da infância, da adolescência, da idade adulta e da velhice pode ser entendida como respostas a mudanças estruturais na economia, devidas sobretudo à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para uma economia baseada em mercado de trabalho.

- A regulamentação estatal do curso da vida está presente do nascimento até a morte, passando pelo sistema complexo que engloba as fases de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria.

- **Modernidade e o conceito de gerações no estudo de mudanças sociais**

Segundo a autora, a institucionalização do curso da vida, própria da modernidade, significou a constituição de perspectivas e projetos de vida, por meio dos quais os indivíduos se orientam e planejam suas ações, individual e coletivamente.

Nesse sentido, é preciso ir além das colocações de Fortes, nas quais a geração fica restrita à família.

A geração não se refere às pessoas que compartilham a idade, mas às que vivenciaram determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras.

O curso da vida se transforma em um espaço de experiências abertas, e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada pelo indivíduo como uma crise de identidade e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver essas fases de crise.

- **Problema social e problemas para a investigação antropológica**

A autora complementa sua reflexão com as dificuldades que as pesquisas sobre as dimensões do envelhecimento enfrentam: nas sociedades ocidentais contemporâneas a velhice é apresentada como um problema social.

Questões que deveriam orientar a pesquisa de um antropólogo, como o envelhecimento físico ou a idade legal tornaram-se mecanismos fundamentais de classificação e separação dos seres humanos. Desprezar esta questão significa perder a oportunidade de descrever os processos pelos quais os indivíduos passam a ser designados socialmente como velhos, jovens, adolescentes ou crianças.

Não cabe ao antropólogo resolver um problema social, mas compreender como um problema social é constituído e o conjunto de representações que orientam as práticas destinadas a solucioná-los.

- **A constituição de problemas sociais: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão**

A transformação da velhice em problema social não é o resultado mecânico do aumento do número de pessoas idosas. Debert (2006: 62), citando Lenoir (1989), afirma que um problema social é uma construção social em que estão envolvidas quatro dimensões: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão. O reconhecimento implica tornar visível uma situação particular (atenção pública, ação de grupos socialmente interessados). A legitimação supõe o esforço para o reconhecimento

público do problema e inseri-lo no campo das preocupações sociais do momento. As formas de pressão traduzem-se em formas de expressão.

Na transformação do envelhecimento em problema social estão envolvidas novas definições de velhice e do envelhecimento, que ganham dimensão com a expressão “terceira idade”.

Uma nova imagem do envelhecimento é constituída a partir de um trabalho de categorização e criação de um novo vocabulário que se opõe ao antigo no tratamento dos mais velhos: terceira idade x velhice; aposentaria ativa x aposentaria passiva; centro residencial x asilo; gerontologia x ajuda social; animador x assistente social.

Os signos do envelhecimento foram invertidos e assumiram novas designações: “nova juventude”, “idade do lazer”. Da mesma forma, os signos da aposentadoria a qual deixou de ser um momento de descanso e recolhimento para tornar-se um período de atividade, lazer, realização pessoal.

Não se trata de resolver os problemas econômicos dos idosos, mas de proporcionar cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada.

- **A ciência e a análise cultural**

Na “última armadilha”, Debert (2006) finaliza sua reflexão afirmando que a transformação do envelhecimento em objeto de saber científico põe em jogo múltiplas dimensões: desde o desgaste fisiológico e o prolongamento da vida, até o desequilíbrio demográfico e o custo financeiro das políticas sociais.

A pluralidade de especialistas e abordagens que a gerontologia abarca não impede a constituição de um campo de saber claramente delimitado, em que cada uma das disciplinas contribui para definir a última etapa da vida como uma categoria de idade autônoma, com propriedades específicas, dadas naturalmente pelo avanço da idade e que exigem tratamentos especializados, como: o desgaste físico, a carga dos médicos; a ausência de papéis sociais, a carga dos sociólogos; a solidão, tema para os psicólogos; a idade cronológica, para os demógrafos; os custos financeiros e, por fim, as ameaças à reprodução das sociedades e os economistas, assunto para os especialistas na administração pública.

Essa automatização da velhice é um dos obstáculos que o pesquisador encontra na construção de seu objeto de pesquisa e que o leva, na maioria das vezes, a limitar seu campo de trabalho ao estudo da última etapa da vida. Quando a análise cultural está em jogo, esse campo tem que ser ampliado, e o interesse é compreender os pressupostos que organizam as representações sobre a velhice nesses discursos.

O gerontólogo tem a autoridade legítima para definir as categorias de classificação dos indivíduos e para reconhecer nos indivíduos os sintomas e os índices correspondentes às categorias criadas.

O saber científico não é um saber exclusivamente técnico, mas um saber que produz fatos normativos. As qualificações e desqualificações que ele opera acabam tendo o estatuto de um direito e de uma definição de normas.

Santos e Damico (2009: 4), citando Bois (2004) e Orda (1995), refletem sobre a situação atual da velhice:

A velhice é uma construção social, uma produção histórica, assim como os demais tempos da vida, e como tal, seu significado é diferente em cada sociedade e em cada tempo histórico. Em nossa sociedade – ocidental, moderna – vivemos o paradoxo de aspirar uma vida mais longa ao mesmo tempo em que recusamos as marcas do envelhecimento e da velhice, suas fraquezas.

Aceitar a velhice em nossa sociedade é algo bem difícil. O uso de eufemismos e a tentativa de negá-la por aqueles que por ela passam também é muito evidente. Isso acontece porque vivemos numa sociedade que supervaloriza a juventude em detrimento dos demais tempos da vida. Nela, ao mesmo tempo em que se buscam diversas maneiras para prolongar o tempo de vida das pessoas, luta-se contra a velhice.

A velhice também é vista como um problema, pois a sociedade não está preparada para receber esse contingente populacional que possui demandas sociais próprias.

- **A velhice enquanto categoria social**

Segundo Maffioletti (2005: 339):

As categorias de idade - com as quais o mundo ocidental moderno está familiarizado, pois que as delimitou, organizou e legislou -, baseadas na medição da vida em períodos cronológicos, etapas que se sucedem em ciclos biológicos e apresentam características exclusivas a cada uma, seriam resultado de um desenvolvimento longo e nem sempre regular.

Cada sociedade humana, ancorada em sua história, na forma de organização e cultura, constrói seus próprios critérios, símbolos, significados e valores aos quais seus integrantes são submetidos, não sendo a idade, necessariamente, um deles. Para Maffioletti (2005: 340) citando Ariès (1973), a periodização da existência, as idades da vida, têm sido expressas de diferentes maneiras desde a Grécia antiga até os dias atuais.

Ainda de acordo com o autor, a utilização da idade cronológica é uma construção relativamente recente, e começou a esboçar-se com o vislumbrar da infância como um período singular da vida que, por sua imaturidade biológica e psicológica, demandava cuidados e orientação também singulares. A partir daí, a idade tornou-se institucionalizada, determinando a inclusão ou exclusão do indivíduo de determinados papéis sociais.

A expressão Terceira Idade, segundo Debert (2004), é um termo que recentemente e com muita rapidez popularizou-se no vocabulário brasileiro. A autora ainda complementa, citando Laslett (1987), que a expressão originou-se na França com a implantação, nos anos 70, das *Universités du Troisième Âge*, sendo incorporada ao vocabulário anglo-saxão com a criação das *Universities of the Third Age* em Cambridge, na Inglaterra, no verão de 1981. Seu uso frequente entre os pesquisadores interessados no estudo da velhice não é explicado pela referência a uma idade cronológica precisa, mas por ser essa uma forma de tratar as pessoas com mais idade, expressão que não adquiriu ainda uma conotação depreciativa.

Conforme Debert (2004), a invenção da terceira idade é compreendida como fruto do processo crescente de socialização da gestão da velhice: durante muito tempo considerada própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transformou em uma questão pública.

A universalização do direito à aposentadoria garantiu que a última etapa da vida correspondesse à inatividade remunerada. E em função disso, a partir dos anos 70, os

velhos - que nos anos 40 e 50 eram tidos como um dos setores mais desfavorecidos das sociedades europeias - já não podiam ser considerados um segmento populacional destituído de recursos econômicos.

Assim, surge uma nova situação, em que a velhice não é sinônimo de decadência, pobreza e doença, mas um tempo privilegiado para atividades livres dos acanhamentos do mundo profissional e familiar, o direito de vivenciar uma nova etapa relativamente longa, um tempo de lazer em que se elaboram novos valores coletivos.

Tal transformação se deu em grande parte devido ao sucesso mobilizador dos programas para a terceira idade que produziram um discurso empenhado em rever os estereótipos negativos da velhice. Nesses programas, o envelhecimento deixa de ser um processo contínuo de perdas e passa a apresentar também ganhos, uma vez que se leva em conta as experiências vividas e os saberes acumulados.

Assim, essas novas imagens do envelhecimento que acompanham a construção da terceira idade ocupam um espaço cada vez maior na mídia, respondendo ao interesse crescente da sociedade pelas tecnologias de rejuvenescimento.

As iniciativas voltadas para a terceira idade transformam o envelhecimento em uma experiência mais gratificante; contudo, esse sucesso surpreendente é proporcional à precariedade dos mecanismos de que dispomos para lidar com os problemas da velhice avançada.

Segundo Debert (2004), as novas imagens do envelhecimento e as formas contemporâneas de gestão da velhice no contexto brasileiro são ativas na revisão dos estereótipos pelos quais as etapas mais avançadas da vida são tratadas. Essas imagens também oferecem um quadro mais positivo do envelhecimento, que passa a ser concebido como uma experiência heterogênea em que a doença física e o declínio mental, considerados fenômenos normais nesse estágio da vida, são redefinidos como condições gerais que afetam as pessoas em qualquer idade.

Seria, contudo, ilusório pensar que essas mudanças sejam acompanhadas de uma atitude mais tolerante em relação às idades. Todavia, essa visibilidade alcançada pela velhice exige reformulações das representações próprias do discurso gerontológico, no intuito de denunciar o descaso com que ela é tratada. Entretanto, ao ressaltar formas inovadoras e bem-sucedidas de envelhecimento não se pode ignorar a velhice abandonada e dependente, transformando-a em consequência do descuido pessoal, da

falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de estilos de vida e formas de consumo inadequadas.

## Referências

- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Beauvoir, S. (1990). *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Debert, G.G. (2004). *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo: Edusp.
- Debert, G.G. (2006). A antropologia e os estudos dos grupos e das categorias de idade. *In: Moraes, M. & Barros, L. (Orgs.). Velhice ou Terceira Idade*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Duby, G. (1973). *Hommes et structures du Moyen Age*. Paris: Mouton.
- Elias, N. (1990). *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Geertz, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Maffioletti, V.L.R. (2005). *Velhice e família: reflexões clínicas*. Recuperado em 23 agosto, 2010, de:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-8932005000300002&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-8932005000300002&script=sci_arttext).
- Mercadante, E.F. (2005). Velhice: uma questão complexa. *In: Côrte, B.; Mercadante, E.F. & Arcuri, I.G. (Orgs.). Velhice Envelhecimento Complexidade*. São Paulo: Vetor.
- Morin, E. (1996). Epistemologia da complexidade. *In: Schnitman, D.F. (Org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Santos, F.C. & Damico, J.G.S. (2009). *O mal-estar na velhice como construção social*. Recuperado em 14 agosto, 2010 de  
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/viewArticle/4439/4519>

Recebido em 25/05/2011

Aprovado em 20/06/2011

---

**Ana Teresa Ramos Ferreira Duque Bacelar** – Professora de Educação Física e Mestranda em Gerontologia pela PUC-SP.

E-mail: [anateresaramos1@hotmail.com](mailto:anateresaramos1@hotmail.com)

**Luciana Helena Mussi** – Engenheira, Psicóloga, Mestranda em Gerontologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Assistente-Editorial e Revisora (gramatical, de formatação e revisora técnica da língua estrangeira) da *Revista Kairós Gerontologia*; Colaboradora do Banco de Vídeos e Filmografia do Portal do Envelhecimento e do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (OLHE).

E-mail: lh0404@terra.com.br